



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 15 de agosto de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Bancada do Amazonas volta a se reunir amanhã para traçar estratégia de defesa da ZFM.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Falando Sério (9).....	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas atrai US\$ 1,5 bilhão em investimento de fábricas japonesas	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Empresas perdem mercado e reduzem produção.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Eletrônico nacional fica de fora da bonança	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo espera IPCA para definir juro	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO "Metade dos investimentos no País irá para projetos de inovação"	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Comércio entre Brasil e China deve se manter imune à crise	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo estuda regra fixa para reajustar servidor	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Indústria deve ter maior corte de investimentos	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Economia torna o país ainda mais difícil de governar	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ÚLTIMO SEGUNDO Preço dos tablets começa a cair no Brasil	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VEJA ONLINE Finalmente, tablets começam a ficar mais baratos	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA MDIC Segunda semana de agosto registra superávit de US\$ 366 milhões	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Economistas divergem sobre efeitos de médio e longo prazo da crise	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Autorização para estudo da biodiversidade	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Bancada do Amazonas volta a se reunir amanhã para traçar estratégia de defesa da ZFM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

De acordo com a assessoria de Braga, na pauta da reunião está a defesa da Zona Franca de Manaus (ZFM) e a votação das Medidas Provisórias 534 e 540.

Manaus - A bancada federal do **Amazonas** vai se reunir novamente na noite de amanhã, dia 16. O encontro é organizado pelo senador Eduardo Braga (PMDB). A assessoria do ex-governador afirmou ter convidado todos os integrantes da bancada. A última reunião foi no início do mês de julho, na casa do deputado Pauderney Avelino (DEM).

De acordo com a assessoria de Braga, na pauta da reunião está a defesa da **Zona Franca de Manaus (ZFM)** e a votação das Medidas Provisórias 534 e 540, que restringem as vantagens do Estado do **Amazonas** na **produção** de tablets.

Por motivos de viagem, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) adiantou que não participará do encontro. Ela classifica a articulação entre os parlamentares como boa. Segundo Grazziotin, a bancada amazonense tentou se reunir de 15 em 15 dias, mas devido a compromissos de todos e às articulações nas Casas, se viram obrigados a marcar apenas uma reunião ao mês.

Jogo de interesses

Para Grazziotin, a bancada do **Amazonas** tem demonstrado posicionamento e articulação com os parlamentares dos demais Estados. Agora, diz ela, a prioridade é apressar a votação da MP dos Tablets pela Câmara Federal, para que o Senado tenha mais tempo para propor alterações ao projeto. Para isso, ela e Braga se reuniram com a relatora da MP, a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), na semana passada, para cobrar agilidade na aprovação.

A senadora disse que a bancada amazonense se vê obrigada a fazer um trabalho da imagem da **Zona Franca** para que a manutenção dos benefícios da região não cause desconforto aos demais parlamentares. Ela classificou os deputados e senadores dos outros Estados da Região Norte como os mais "ciumentos".

"Hoje, São Paulo é inimiga de todos. Devemos trabalhar para que essa imagem não vá para a **Zona Franca** também", comenta a senadora que esteve no **Amazonas** no último fim de semana.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Falando Sério (9)	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Por Arthur Virgílio Neto

Tablets, motherboards, roteadores e similares, pelo destino que lhes dá o governo, ficam longe da ZFM. Isso e a infraestrutura deficiente enfraquecem o grande polo industrial estabelecido em plena Floresta Amazônica.

O assunto tem sido tratado levemente. Preferem falsas soluções, que lhes sirvam de arma para disputar a opinião pública.

Se quisesse entrar no jogo menor, indagaria: alguém, armado de metralhadora, forçou a presidente Dilma a assinar a MP 534, concedendo incentivos para os tablets fora de Manaus? E se ela tem forte compromisso conosco, por que não anula a Lei de Informática?

Não trilharei tais descaminhos. Levo o Amazonas a sério. Respeito seu povo. Não zombo da inteligência de ninguém.

Poderosas carreiras políticas se alimentaram da propaganda paternalista, jogando população supostamente indefesa contra o resto do País. Por essa "tese", o modelo não teria nenhum problema e os entraves as nossas vidas estariam nos burocratas dos Ministérios de Brasília e no etc. Até parece


que a quadrilha que assaltava e incendiava a Suframa fazia bem ao DI.

A isso se alia a visão atrasada de elites que não compreendem o que se passa em Brasília. Claro está que a Suframa precisa passar por reformas profundas e renovação radical em seus quadros diretivos.

E defrontamo-nos com a cruel realidade de que, em 44 anos de existência da ZFM, não fomos capazes de reduzir a dependência dos incentivos. Nem de criar alternativas: se, por desgraça, o PIM fosse a pique, o que faríamos para alimentar 3.5 milhões de pessoas que o Amazonas abriga?

Penduricalhos, medidas pontuais e exotismos, como os tablets movidos a controle remoto, desservem à causa que precisamos saber defender.

○ Amazonas precisa da força honesta dos seus líderes!

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Amazonas atrai US\$ 1,5 bilhão em investimento de fábricas japonesas	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai), do Ministério do Desenvolvimento, revela que 35 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) têm capital japônês.

Manaus - O **Amazonas** foi o Estado com o maior número de projetos anunciados pelas empresas japonesas de 2004 até o primeiro semestre de 2011. Os investimentos somaram US\$ 1,57 bilhão (3,76% do total no País), conforme o relatório da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**. No Brasil, os investimentos japoneses anunciados registraram o valor de US\$ 41,8 bilhões, em um total de 153 anúncios.

Minas Gerais foi o principal destino dos investimentos japoneses previstos para o Brasil, US\$ 18,9 bilhões (45,2%), mas em número de projetos anunciados, o **Amazonas** foi o primeiro na lista, com 74 novos investimentos para o mesmo período. Cabe destacar, também, o Estado de São Paulo, que foi o segundo principal destino de investimento, com 7,8% do total previsto (US\$ 3,2 bilhões) e 24 projetos previstos.

Os anúncios de investimentos para o **Amazonas** foram destinados principalmente às indústrias de equipamentos de transporte (US\$ 836 milhões - 30 projetos), eletroeletrônicos (US\$ 538 milhões - 31 projetos), automotivos (US\$ 119 milhões - 4 projetos) e máquinas e equipamentos (US\$ 49 milhões - 3 projetos).

Cerca de 35 empresas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** têm participação de investimentos líquidos japoneses. Os setores com maior atuação do Japão no **PIM** são os de Eletroeletrônicos, Duas Rodas e Mecânico, de acordo com a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**.

O setor Eletroeletrônicos já é um tradicional receptor de investimentos japoneses, assim como a indústria de equipamentos de transporte, por conta das montadoras do setor de Duas Rodas, afirma o coordenador geral da Renai, Eduardo Celino. “Nos próximos anos, os investimentos japoneses no **Brasil** devem crescer, principalmente em virtude das oportunidades internas. Tendo em vista a demanda doméstica crescente no Brasil, enquanto a atividade econômica

dos países da Europa e dos Estados Unidos arrefece”, aponta Celino.

O Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) estima um crescimento de 20% nos investimentos diretos dos japoneses no **Brasil** este ano, comparado ao ano passado. Os aportes serão destinados, principalmente, aos setores Automotivo, Eletroeletrônico, Siderúrgico e Farmacêutico.

Porém, a perspectiva de investimentos no **Amazonas** poderia ser bem maior se o Estado tivesse uma infraestrutura aeroportuária, de comunicação e distribuição de energia eficientes, destaca o presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antônio Silva. “Há carência de infraestrutura básica e recursos humanos em todo o **Brasil** e principalmente no **Amazonas**. O advento da Copa do Mundo no País exigiu do **Governo Federal** um compromisso que deveria ter sido firmado muitos anos antes”, afirma Silva.

Join ventures' lideram em projetos

Os projetos vultosos, que demandam muitos recursos, contemplam a maior parte do total previsto, analisando os anúncios de investimentos japoneses no **Brasil** por faixa de valor nos últimos seis anos e meio.

Os projetos entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão e acima de US\$ 1 bilhão representam 81% dos valores previstos dos investimentos. Vale ressaltar que as duas faixas com menores valores (até US\$ 5 milhões e entre US\$ 5 e US\$ 100 milhões) registraram 38 e 74 projetos, respectivamente. Apesar de as duas juntas representarem 73% dos projetos anunciados, participam apenas com 5,3% dos recursos previstos.

A faixa intermediária (entre US\$ 100 e US\$ 500 milhões) registrou um número considerável de projetos (25), correspondendo a 13,6% dos recursos dos investimentos estimados.

Considerando os investimentos japoneses por formação societária, a maior parte dos recursos previstos tem origem de ‘joint ventures’ de empresas japonesas e brasileiras (73,2% do total previsto – US\$ 30,6 bilhões), referentes a 33 projetos.

Os demais recursos são provenientes de empresas exclusivamente japonesas, que representaram 23,6% (US\$ 9,9 bilhões), referentes a 117 projetos; e de 'joint ventures' de empresas japonesas e estrangeiras 3,2% (US\$ 1,4 bilhão), referentes a quatro projetos.

Reflexos

Indicadores de desempenho do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, elaborado pela **Suframa** revelam que o polo de Duas Rodas faturou no primeiro semestre de 2011 US\$

4,44 bilhões, 36,5% acima do resultado do primeiro semestre do ano passado.

O subsetor eletroeletrônicos faturou no primeiro semestre do ano US\$ 6,41 bilhões, 16,3% acima do faturamento do mesmo período de 2010, segundo os indicadores da **Suframa**



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Empresas perdem <u>mercado</u> e reduzem <u>produção</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O setor de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e equipamentos de informática não foi contemplado pela principal medida da nova política industrial do governo, divulgada há duas semanas, que desonera a folha de pagamentos. A empresa de Wilson Périco, a Technicolor, situada no Polo Industrial de **Manaus**, sentiu o baque da substituição de produtos nacionais por **importados**. Embora o acesso a banda larga venha crescendo no País, sua **produção**

de modems vem encolhendo: foram 1,6 milhão de unidades em 2009 e 920 mil em 2010. Em 2011, a expectativa é de fabricar apenas 800 mil modems. "O modem ADSL, de acesso a banda larga, ninguém mais faz no Brasil, só a Technicolor", diz Périco. O empresário Renato Wagner, sócio de duas empresas fabricantes de componentes, a GK&B da **Amazônia** e a RCA da **Amazônia**, viu sua **produção** cair à metade em cinco anos. Segundo ele, foi necessário demitir 500 dos 2 mil funcionários de suas fábricas.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Eletrônico nacional fica de fora da bonança		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mesmo com vendas em alta, sete fábricas da linha marrom foram fechadas nos últimos cinco anos

Daniela Amorim / RIO - O Estado de S.Paulo

As vendas de produtos eletrônicos e eletrodomésticos - especialmente da linha marrom, que inclui aparelhos de TV e som - continuam em alta e com preços ao consumidor em queda. Mas, em vez de acompanhar o movimento de aceleração, a indústria nacional recuou com força este ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O **dólar** baixo e a invasão de **importados** já provocaram o fechamento de sete fábricas de componentes no Polo Industrial de **Manaus** e a demissão de 6 mil funcionários ao longo dos últimos cinco anos. As informações são do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de **Manaus** (Sinaees), que conta com 52 empresas associadas.

O presidente da instituição, Wilson Périco, diz que, junto com a fabricação de componentes, a indústria de aparelhos de áudio é uma das mais prejudicadas. A Pesquisa Industrial Mensal de junho mostrou que a **produção** de eletrodomésticos recuou 4,4% no segundo trimestre no ano, depois de já ter caído 8,2% no primeiro trimestre.

O segmento de linha marrom acumula queda de 20,4% na **produção** no primeiro semestre, contrastando com a uma alta de 1,7% da indústria como um todo.

"Temos hoje produtos como DVD e aparelhos de áudio, com crescimento no **comércio**, que foram carros-chefe de muitas empresas no passado, mas deixaram de ser fabricados no País, ou seja, estão sendo **importados**", afirmou Périco. "Poderíamos estar gerando muito mais empregos e riqueza no Brasil. Mas, por conta das questões cambiais e da passividade


do governo brasileiro para com os produtos **importados**, estamos gerando empregos na China", diz.

Consumo. Apesar das medidas de restrição ao crédito, a atratividade dos preços, especialmente dos **importados**, estimulam os consumidores a irem às compras. O gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Macedo, acredita que tanto as medidas de restrição ao crédito quanto as **importações** prejudicaram o segmento.

"O setor de linha marrom tem estado sempre abaixo do resultado total da indústria, registrando mais perdas", disse ele, que atribui os maiores prejuízos à fabricação de TVs e de rádios, "produtos que acabam enfrentando mais concorrência com os **importados**".

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) de junho, também divulgado pelo IBGE, mostrou que o câmbio valorizado e as **importações** puxaram o recuo de 3,8% nos preços de equipamentos de informática e eletrônicos na "porta de fábrica", ou seja, ainda livres dos custos com impostos, tarifas e fretes.

Como resultado, os produtos já ficaram 9,42% mais em conta de janeiro a junho. Em 12 meses, a queda acumulada é de 16,04%. Ficaram mais baratos na fábrica os telefones celulares, televisores, componentes eletrônicos e impressoras.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo espera IPCA para definir juro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Iuri Dantas / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo prefere esperar os dados de inflação do mês de agosto, que serão divulgados mês que vem, antes de decidir sobre cortes nos juros. Se ficar comprovado o recuo dos preços, como apostam Banco Central e **Ministério** da Fazenda, haverá espaço para redução da taxa Selic. Analistas acreditam que uma desaceleração da economia no segundo trimestre, cujo resultado sai no início de setembro, também pode levar o BC a cortar juros na reunião seguinte.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação brasileira, deu um alívio no mês passado e pode permitir cortes nos juros ainda neste ano, avaliou o deputado Claudio Puty (PT-PA), presidente da Comissão de Finanças, Tributação e Controle da Câmara.

"O resultado da inflação foi bem razoável, com deflação em algumas cidades. Pode se preparar para uma queda de juros, até como tentativa de reduzir a diferença da taxa em relação à média mundial", disse Puty.

Outro interlocutor da equipe econômica, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que preside a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, não descarta a possibilidade de o governo retirar travas ao consumo adotadas no início do ano, as chamadas medidas macroprudenciais.

A cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em empréstimos e a exigência de maior valor de entrada no financiamento de automóveis são exemplos de medidas desse tipo. "O governo não vai ficar procrastinando,

vai agir pontualmente, em casos localizados. Não vai ficar parado", diz o senador.

Crescimento. Serve de conforto ao Comitê de Política Monetária (Copom) a decisão do governo de seguir à risca o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento deste ano, confirmado na semana passada pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

"A probabilidade de corte de juros subiu bastante, de fato", disse Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do banco J.Safra. "Se o cenário apontar o crescimento da economia indo para 3%, a probabilidade de o BC agir na política monetária, dada a premissa de rigor fiscal, é muito grande."

Para sacramentar um corte de juros, faltaria uma queda nas cotações internacionais de commodities, o que ainda não ocorreu por causa da volatilidade dos **mercados** nos últimos dias.

As apostas se baseiam em um estudo do Banco Central no relatório de inflação de junho. Segundo a autoridade monetária, "a dinâmica dos preços das commodities esteve, na última década, correlacionada com as taxas de inflação em nível global em graus superiores aos observados em décadas anteriores".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO 'Metade dos investimentos no País irá para projetos de inovação'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fernando Scheller - O Estado de S.Paulo

ENTREVISTA

Peter Loescher, presidente mundial da Siemens

O presidente mundial da Siemens, Peter Loescher, aposta na infraestrutura necessária para as cidades brasileiras e no setor de óleo e gás como pilares de crescimento do **mercado** nacional - a meta do conglomerado alemão, até 2015, é dobrar a receita no País.

Ele relatou ao Estado, em entrevista por e-mail, detalhes sobre os investimentos no **Brasil** nos próximos anos.

O **Brasil** vai se tornar mais **importante** para o negócio global da Siemens?


O **Brasil** é um **mercado**-chave. Em 2010, o País foi líder de crescimento entre os países do Bric. E queremos dobrar nossas receitas locais até 2015. Os pilares dessa expansão são infraestrutura para cidades e grandes eventos, óleo e gás e energias renováveis.

É **importante** adaptar os produtos ao **mercado** nacional?

No Brasil, a Siemens desenvolve produtos em conjunto com os clientes, como turbinas para cogeração de energia a partir de biomassa ou softwares para o setor de óleo e gás. Hoje, o índice de nacionalização de nossos produtos do setor de energia é de 70%. E a ideia é aumentar esse porcentual.

Por que foi necessário dobrar investimentos no País?

O **Brasil** se tornou uma economia mais complexa, que exige uma variedade maior de produtos. E estamos bem preparados para aproveitar essas oportunidades. Nós vamos dobrar o nosso investimento nos próximos cinco anos, para US\$ 600 milhões. Metade do valor irá para projetos de inovação e **desenvolvimento** de produtos. E o restante será para expansão de **produção** e construção de novas fábricas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Comércio entre <u>Brasil</u> e China deve se manter imune à crise		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Superavit do país com parceiro asiático no semestre já supera o de 2010

Programa de moradia social impulsionado por Pequim deve resultar em mais demanda por minério de ferro

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

A perspectiva de crise mundial não deve afetar a enorme demanda chinesa por minério de ferro, o principal produto de exportação brasileiro ao gigante asiático.

A avaliação é da influente consultoria Dragonomics, baseada no ambicioso plano de Pequim para construir 36 milhões de moradias ao longo de cinco anos.

"A demanda chinesa por commodities não é impulsionada pelo crescimento do PIB, e sim pelo crescimento do investimento", diz Arhur Kroeber, diretor da Dragonomics, com sede em Pequim. "E a China está bastante comprometida nesse Plano Quinquenal em fazer muitos investimentos em áreas diversas, mas o mais importante do ponto de vista do aço e do minério de ferro é o programa de moradia social."

Aprovado no início do ano pelo Partido Comunista, o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) prevê construir 36 milhões de casas de baixo custo para absorver o processo de urbanização do país.

O governo chinês prevê gastar cerca de US\$ 700 bilhões no projeto, considerado prioritário devido ao alto custo de moradia na China.

Mais construção significa mais demanda por minério de ferro, o principal responsável pelo crescimento do superavit brasileiro com a China, que apenas nos primeiros seis meses deste ano já superou o superavit de 2010.

Dados do Ministério do Desenvolvimento mostram que a participação no comércio com a China saltou de 27,57% do total, no primeiro semestre de 2010, para 38,02%, nos primeiros seis meses de 2011.

O preço médio da tonelada de ferro exportada para a China saltou de US\$ 58,7 para US\$ 114 entre os dois

períodos --um aumento de 94%. Já o volume de exportação em tonelada cresceu apenas 5%, segundos números da pasta.

A principal beneficiada é a mineradora brasileira Vale, que tem a China como principal cliente --foi responsável por 32% das vendas da empresa no segundo trimestre deste ano.

Kroeber afirma que, por causa do setor imobiliário em expansão, a China dificilmente fará um novo pacote de estímulo como o de novembro de 2008, pouco depois da crise financeira mundial.

"O setor de construção chinesa vai bem, em grande medida, por causa do programa social de moradia. Eles não precisam estimular o mercado interno de habitação. E esse setor não será muito afetado pela recessão global".

O analista americano diz que o país não deveria ficar excessivamente preocupado em manter superavit com a China. "O propósito de administrar uma economia não é gerar um superavit comercial, que não aumenta o bem-estar do cidadãos por si só", diz. "O objetivo da política econômica é criar uma economia vibrante que aumente a renda da população."

Kroeber diz que o Brasil tem de aproveitar o superavit para elevar sua competitividade em áreas em que leva vantagem comparativa.

"Investir no mesmo tipo de manufatura da China provavelmente não será competitivo em mercados de exportação". Para ele, o Brasil não deve ter medo de ser um exportador de commodities e de alimentos.

Ele cita a Austrália como exemplo, por ser uma economia sofisticada e de alta qualidade de vida, embora o país exporte basicamente matérias-primas e alimentos.

Para Kroeber, o Brasil deve investir em indústrias ligadas a commodities e alimentos. "Os chineses não competirão com isso, sempre serão importadores de comida."

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo estuda regra fixa para reajustar servidor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo estuda regra fixa para reajustar servidor

Política, nos moldes do aumento do mínimo, seria tentativa de evitar pressões da categoria

Martha Beck

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Num esforço para evitar futuras pressões por gastos e garantir austeridade fiscal, o governo discute a possibilidade de se criar uma regra fixa para a política salarial do funcionalismo, nos moldes da política de reajuste do salário mínimo (cuja correção é feita com base na inflação mais a variação do **PIB** de dois anos anteriores), mas dentro de um pacote de medidas para tentar criar uma previsão de gastos, e não uma indexação. A ideia é estabelecer uma conjunção de fatores que criaria uma política estável, incluindo a limitação de gastos para a folha de pessoal e a implantação do fundo de previdência complementar do servidor público. As duas propostas estão engavetadas no Congresso desde 2007.

Segundo técnicos da área econômica, essa seria uma forma de mostrar um esforço para valorizar o servidor público e acabar com a queda de braço que ocorre sempre que os funcionários demandam reajustes.

As pressões dos servidores retornaram agora, no momento em que o governo elabora o projeto de Orçamento da União para 2012. Diante da crise financeira global, a ordem é congelar gastos. Mas há problemas, inclusive políticos, como a mobilização de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para elevar o seus vencimentos para R\$30,6 mil. O problema é que esse é o teto salarial do funcionalismo e tem efeito cascata.

As regras para reajuste ainda precisam ser trabalhadas, mas é fundamental que sejam combinadas com a aprovação do teto de aumento da folha de pagamentos do governo. Por exemplo: se for fixado que o aumento anual dos gastos com folha deve ser de, no máximo, 2,5% mais a inflação, o Executivo teria margem para trabalhar os aumentos dos servidores nesse intervalo.

- Isso cria uma trava e não permite que gastos extrapolem - disse um técnico do governo. - Negociações com servidores precisam ser combinadas com a meta de aumento da folha.

Para o economista Raul Velloso, não é hora de conceder reajustes. Velloso é a favor de um conjunto de medidas que levasse a uma reforma administrativa. Segundo ele, uma regra de reajuste levaria apenas a indexações e a aumento de gastos, como ocorre com o mínimo:


- Há casos em que os salários do setor público estão 70% maiores (que os do privado). Essa crise é uma boa oportunidade para dar uma arrumada nisso.

Já o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton Maurício da Costa, disse que também não quer reajuste linear e sim "corrigir distorções". A Condsef ainda é contra o projeto do teto de gastos.

- Somos a favor de fazer algo que garanta o poder de compra do servidor. O governo Lula gastou mal. Há servidores do nível superior que ganham R\$15 mil e outros, R\$5 mil - disse Costa.

O governo ainda precisa negociar os pedidos para 2012. O secretário do Tesouro, Arno Augustin, já disse que a orientação é que não sejam dados reajustes. Mas sabe-se que alguma correção terá de ser feita, especialmente por conta dos cargos de confiança, os DAS. Hoje o Planejamento tem mais uma rodada de negociações com servidores.

A Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento confirmou que "um reajuste linear para o funcionalismo está descartado" e disse que estão sendo analisadas "reestruturações" de carreira, nome técnico para aumentos pontuais.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria deve ter maior corte de investimentos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

TREMOR GLOBAL: Especialistas veem país mais forte que em 2008 por habitação, infraestrutura e eventos esportivos

Fiesp estima que até R\$16,7 bilhões em novos projetos poderão ser engavetados por causa da nova crise mundial

Henrique Gomes Batista, Mariana Durão e Wagner Gomes

RIO e SÃO PAULO. A história tende a se repetir e o **Brasil** deve ter uma redução dos investimentos por causa da nova turbulência mundial, causada pelo rebaixamento da nota de crédito do governo americano pela Standard & Poor"s e pelo alto endividamento de países da zona do euro. Mas especialistas divergem sobre o tamanho do tombo. Alguns imaginam que a queda não deva ser tão grande como em 2008 - quando os investimentos passaram de 19,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e serviços produzidos no Brasil) para 16,7% no ano seguinte, o que ainda não foi totalmente recuperado. Outros, como José Ricardo Roriz Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), estima que serão engavetados até R\$16,7 bilhões em novos investimentos, ou 10% do que a entidade previa para este ano.

Segundo Coelho, a queda no ímpeto das empresas é reflexo da esperada redução das **exportações** e da diminuição das vendas no **mercado** interno. Um levantamento divulgado em abril passado pela Fiesp, feito junto a 1.240 empresas de todos os portes e com atuação nacional, apontava um volume de R\$167,1 bilhões em investimentos para este ano. O número já era 4,7% menor que o de 2010.

- Ainda sem imaginar que o problema seria tão sério, a indústria previa uma queda de 4,7% nos investimentos. Agora que a crise se agravou, os investimentos devem cair mais de 10% - previu Coelho, que colocou entre os setores que mais reduziriam os investimentos alimentício, químico, de máquinas e equipamentos, e couro e calçados. Na contramão estavam os fabricantes de papel e celulose, açúcar e álcool e móveis.

- Até que se tenha uma dimensão maior da crise, dificilmente haverá decisões de novos investimentos - disse.

Atual crise era mais previsível, diz **BNDES**

Mas o ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e atual economista do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida, minimiza o problema.

- Não tem como o **Brasil** escapar: a crise vai afetar os investimentos. Mas não deve chegar ao setor de habitação, que cresce muito, nem à infraestrutura, pela atuação do governo. Além disso, temos a Copa e as Olimpíadas, que deverão manter seus investimentos. O investimento afetado é aquele mais poeira, de pequenas empresas. Não deve haver o cancelamento de uma nova fábrica, por exemplo, mas talvez o adiamento da compra de uma máquina - exemplifica.

O Itaú Unibanco divulgou na quinta-feira um relatório em que aponta como um dos cenários possíveis uma queda no investimento, por causa do aumento da incerteza. "Como os investimentos não são facilmente reversíveis, em um ambiente de maior incerteza sobre o futuro uma parte deles seria adiada. A queda do preço das ações também desestimularia a aquisição de máquinas e equipamentos, pois ficaria mais barato adquirir uma empresa no **mercado** do que investir no negócio através da construção de uma fábrica, por exemplo", diz o relatório.

Fernando Pimentel Puga, chefe do Departamento de Acompanhamento Econômico e Operações do **BNDES**, acredita que a situação do **Brasil** é muito diferente do passado e que o impacto da crise nos investimentos tende a ser mínimo:

- Esta crise era muito mais previsível, ela já foi "precificada" pelas empresas - afirmou o economista.

Puga não vê dificuldades nem mesmo para o financiamento desses investimentos. Além de muitos deles já estarem contratados, ele acredita que a reação dos EUA à crise deve ampliar a liquidez mundial e bons projetos brasileiros receberão parte desses recursos. Ele cita diversos exemplos de setores que não estão sofrendo pressão, como papel e celulose:

- O mundo está migrando de celulose de fibra longa para fibra curta, e todos os projetos do mundo em fibra curta estão no **Brasil** - exemplificou, citando ainda fertilizantes e agronegócio como setores em expansão.

Grandes mantêm planos. Siderurgia fica em alerta

Até o momento não há notícias de empresas que tenham cancelado ou suspenso investimentos. Entre as grandes companhias brasileiras, todas mantêm seus planos. Na Petrobras, por exemplo, são US\$224,7 bilhões para os próximos anos. A Vale também reforça o investimento de US\$24 bilhões até o fim do primeiro trimestre de 2012. O Grupo EBX, de Eike Batista, vai investir US\$15,5 bilhões até o próximo ano.

A Anfavea diz que "é prematuro afirmar agora que a crise internacional já afete ou venha a afetar os planos da indústria automobilística a curto prazo", uma vez que os investimentos no setor são estruturais e programados para períodos longos. A Hildebrando, braço de tecnologia da informação da Telmex - do bilionário mexicano Carlos Slim, que controla Embratel e Claro - está otimista e vai manter planos de expansão. Para seu presidente, Mário Rachid, o setor não vê crise.


Já o setor siderúrgico admite que está em alerta. Segundo Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço **Brasil** (IABr), os investimentos de US\$30,7 bilhões projetados até 2016 ficam em compasso de espera - sem falar em outros US\$23 bilhões de projetos de Vale e outras

empresas não associadas ao IABr. Eles elevariam em 12,1 milhões de toneladas a capacidade instalada no Brasil, hoje de 47,4 milhões de toneladas. Em 2011, a **produção** deve ficar em 36,3 milhões de toneladas, e o consumo aparente, em 25,8 milhões. Um dos grandes temores é uma invasão de produtos chineses:

- O investimento estará ligado ao crescimento do **mercado** interno. A receita do bolo anticrise é o próprio Brasil. Não faz sentido jogar mais aço num **mercado** externo com excedente de capacidade - diz Lopes.

A siderurgia mundial já vivia um cenário delicado, com preços deprimidos, minério de ferro e carvão caros e um excedente de capacidade de **produção** de 530 milhões de toneladas no mundo - boa parte vindo da China. Na crise de 2008, as siderúrgicas brasileiras fecharam seis dos 14 altos-fornos do país, em resposta a queda de 50% na demanda por aço naquele ano.

A diretora da MB Associados, Tereza Fernandes, disse que os investimentos podem até desacelerar no setor de mineração e siderurgia, mas não há previsão de diminuição geral dos recursos aplicados no Brasil. A Tendências Consultoria também reviu a previsão de crescimento da indústria este ano de 2,7% para 2%.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Economia torna o país ainda mais difícil de governar		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Falta de crédito, um desafio a ser superado

Joaquín Morales Solá

BUENOS AIRES. Não é fácil explicar porque tantos políticos querem ser o próximo presidente da Argentina. Um mundo frágil, marcado por escandalosas crise econômicas e revoltas sociais pode cortar no próximo mandato presidencial a disputa que favoreceu o país por quase nove anos. O abandono da austeridade fiscal, iniciado em 2006 e aprofundado em 2007, colocará nas mãos da próxima administração a responsabilidade de esculpir os números da economia. O próximo mandato, seja quem for o presidente, será necessariamente mais complicado que o período entre o último ano de Duhalde e os oito anos dos Kirchner.

Cristina Kirchner repete que o país está blindado. É certo que a Argentina não depende de crédito privado, como na crise de 2001, porque agora sequer tem crédito. A obsessão de dez anos atrás evaporou: ninguém está disposto

a emprestar dinheiro aos governantes argentinos por maiores que sejam os juros que estão dispostos a pagar.

O governo gasta 70 milhões de pesos (cerca de US\$17 milhões) por ano numa rede de subsídios para o transporte e a energia - montante cinco vezes maior que os recursos destinados aos subsídios para os mais pobres. A crise mundial pode acelerar um processo de reajuste desses fundos, mesmo em caso da reeleição da presidente, para dar subsídios mais eficientes aos pobres e menos subsídios às classes mais ricas. Vai haver um conflito novamente quando o novo governo tomar posse. Por quê, então, tantos querem assumir tamanha adversidade?

O LA NACIÓN é parte do Grupo de Diários América (GDA)

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO Preço dos tablets começa a cair no Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Primeiros aparelhos beneficiados pela redução de tributos chegam ao mercado; 25 empresas estão interessadas em produzir no Brasil selo

O governo vem anunciando a política para popularização dos tablets desde o início do ano. Finalmente, os primeiros equipamentos com impostos reduzidos começam a chegar ao mercado. A Motorola baixou o preço do tablet Xoom e a Samsung começou a vender ontem o Galaxy Tab 10.1.

Galaxy Tab é o primeiro com sistema Android no Brasil

As empresas estão entre as cinco que já tiveram o Processo Produtivo Básico (**PPB**) aprovado pelo governo. Sem isso, não é possível se beneficiar da redução de tributos.

As outras três são a Positivo Informática, a MXT e a Aiox. Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, existem mais quatro **PPBs** que estão para ser publicados. Segundo Mercadante, 25 empresas já expressaram interesse em fabricar tablets no País.

Desde a terça-feira passada, a Motorola reduziu em R\$ 300 o preço do Xoom. O modelo com conexão Wi-Fi passou de R\$ 1.899 para R\$ 1.599 e o preço do modelo com Wi-Fi e 3G passou de R\$ 2.299 para R\$ 1.999.

Para Fernando Belfort, analista sênior da consultoria Frost & Sullivan, a redução de preço deve ficar mesmo na faixa de 15% a 20%. "Não acredito em 30% ou 40%", disse Belfort. "Apesar do corte de impostos, produzir no Brasil é caro." Ele enumerou problemas de logística, encargos sobre salários e as contrapartidas de investimento de pesquisa e **desenvolvimento** definidas pela política governamental. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Leia também:

Os dez lançamentos mais quentes de 2011

PC completa 30 anos desafiado pelo auge dos tablets

Acer lança tablet de 7 polegadas com Android 3.2

Vendas do Android aumentam quatro vezes em um ano, diz estudo

	VEÍCULO VEJA ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Finalmente, tablets começam a ficar mais baratos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Cinco empresas já tiveram acesso a programa do governo. Motorola e Samsung já baixaram preços

Redução de preço deve ficar na faixa de 15% a 20%

O governo vem anunciando a política para popularização dos tablets desde o início do ano. Finalmente, os primeiros equipamentos com impostos reduzidos começam a chegar ao mercado. A Motorola baixou o preço do tablet Xoom e a Samsung começou a vender ontem o Galaxy Tab 10.1.

As empresas estão entre as cinco que já tiveram o Processo Produtivo Básico (**PPB**) aprovado pelo governo. Sem isso, não é possível se beneficiar da redução de tributos. As outras três são a Positivo Informática, a MXT e a Aiox. Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, existem mais quatro **PPBs** que estão para ser

publicados. Segundo Mercadante, 25 empresas já expressaram interesse em fabricar tablets no país.

Desde a terça-feira passada, a Motorola reduziu em 300 reais o preço do Xoom. O modelo com conexão Wi-Fi passou de 1.899 reais para 1.599 reais e o preço do modelo com Wi-Fi e 3G passou de 2.299 reais para 1.999 reais.

Para Fernando Belfort, analista sênior da consultoria Frost & Sullivan, a redução de preço deve ficar mesmo na faixa de 15% a 20%. "Não acredito em 30% ou 40%", disse Belfort. "Apesar do corte de impostos, produzir no Brasil é caro." Ele enumerou problemas de logística, encargos sobre salários e as contrapartidas de investimento de pesquisa e desenvolvimento definidas pela política governamental.

(Com Agência Estado)

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Segunda semana de agosto registra superávit de US\$ 366 milhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

No mês, saldo positivo soma US\$ 1,42 bilhão

Brasília (15 de agosto) – A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 366 milhões, com média diária de US\$ 73,2 milhões, nos cinco dias úteis (8 a 14) da segunda semana de agosto de 2011. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) totalizou US\$ 10,390 bilhões, com média de US\$ 2,078 bilhões por dia útil.

As exportações, no período, foram de US\$ 5,378 bilhões, com média diária de US\$ 1,075 bilhão. Já as importações, na segunda semana de agosto, chegaram a US\$ 5,012 bilhões, com resultado médio diário de US\$ 1,002 bilhão.

Mês

Nos dez dias úteis de agosto, as exportações somaram US\$ 11,214 bilhões, com média diária de US\$ 1,121 bilhão. Por esse comparativo, a média diária das vendas externas foi 28,3% superior a de agosto de 2010 (US\$ 874,4 milhões). Em relação à média diária de julho deste ano (US\$ 1,059 bilhão), houve aumento de 5,8% nas exportações.

As importações do período chegaram a US\$ 9,794 bilhões e registraram média diária de US\$ 979,4 milhões. Houve aumento de 27,9% na comparação com a média de agosto do ano passado (US\$ 765,6 milhões). Na comparação com a média de julho de 2011 (US\$ 910,3 milhões), houve aumento de 7,6%.

O saldo comercial de agosto está superavitário em US\$ 1,42 bilhão (média diária de US\$ 142 milhões). A média diária do saldo no mês está 30,6% superior a de agosto do ano passado (US\$ 108,7 milhões) e 4,9% menor que a de julho deste ano (US\$ 149,3 milhões).

A corrente de comércio do mês alcançou US\$ 21,008 bilhões (resultado diário de US\$ 2,1 bilhões). Pela média,

houve aumento de 28,1% no comparativo com agosto do ano passado (US\$ 1,64 bilhão) e alta de 6,6% na relação com julho último (US\$ 1,97 bilhão).


Ano

De janeiro à segunda semana de agosto deste ano (155 dias úteis), as vendas ao exterior somaram US\$ 151,769 bilhões (média diária de US\$ 979,2 milhões). Na comparação com a média diária do mesmo período de 2010 (US\$ 744,4 milhões), as exportações cresceram 31,5%. As importações foram de US\$ 134,263 bilhões, com média diária de US\$ 866,2 milhões. O valor está 28,1% acima da média registrada no mesmo período de 2010 (US\$ 676 milhões).

No acumulado do ano, o saldo positivo da balança comercial já chega a US\$ 17,506 bilhões, com o resultado médio diário de US\$ 112,9 milhões. No mesmo período de 2010, o superávit foi de US\$ 10,596 bilhões, com média de US\$ 68,4 milhões. Pela média, houve aumento de 65,2% no comparativo entre os dois períodos. A corrente de comércio soma, em 2011, US\$ 286,032 bilhões, com média diária de US\$ 1,845 bilhão. O valor é 29,9% maior que a média aferida no mesmo período no ano passado (US\$ 1,420 bilhão).

Acesse o quadro com os dados da balança comercial no período.

Às 15h, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulga a nota completa informações da segunda semana de agosto.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Economistas divergem sobre efeitos de médio e longo prazo da crise		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Conjuntura: No curto prazo, PIB vai crescer menos, mas investimento e balança comercial podem sofrer depois

João Villaverde | De Brasília

O governo dispõe de instrumentos para contrabalançar os efeitos de curto prazo do recrudescimento da crise internacional sobre a economia brasileira, entre eles o menor crescimento. Seis economistas consultados pelo Valor apresentam preocupações distintas sobre os riscos associados ao médio e longo prazo, mas a lista embute perda de valor das commodities (e sua consequência sobre a balança comercial), redução nas intenções de investimentos e corte prematuro da taxa de juros. O temor de alguns é que o governo adote medidas de combate à crise e não as reveja no momento adequado, quando a poeira externa baixar. "Mesmo relativamente fechado ao mundo, em comparação com a maior parte dos países ricos e entre os emergentes, o **Brasil** cresce mais quando o mundo rico está bem", afirma José Alexandre Scheinkman, doutor em economia pela Universidade de Rochester e professor na Universidade de Princeton, ambas nos EUA. Para ele, o biênio 2009 e 2010 é um "desenho perfeito" disso. Em 2009, com a recessão dos EUA, União Europeia e Japão, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro caiu 0,6%. No ano seguinte, com o início do que parecia ser uma recuperação global, o **PIB** brasileiro deslançou, com alta de 7,5%.

"Não podemos olhar a crise e cometer o erro de achar que é fechando que se cresce", afirma Scheinkman. "Seria um desastre achar que o crescimento pode ser sustentado apenas pelo **mercado** doméstico", diz. Para ele, o principal canal de intercâmbio do país com o resto do mundo - a **exportação** de commodities - deve ter prioridade, e não preocupa. "A China está mudando seu crescimento, focando mais o **mercado** doméstico, e com isso consumirá ainda mais commodities nossas", prevê.

Já para Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do **Ministério** da Fazenda, é a "dependência" das commodities o principal alerta dado pelo acirramento global. Em apenas 27 dias, entre 13 de julho e 9 de agosto, o índice de preços das principais commodities, o CRB, negociado na Bolsa de Valores

de Chicago, caiu 9,5%, atingindo o menor valor desde dezembro de 2010.

Com crescimento "pífio" nos Estados Unidos e um **mercado** interno em formação na China, o **PIB** chinês deve registrar taxas menores de elevação. "Com uma demanda global um pouco menor e menos liquidez, as commodities podem oscilar em torno de preços menores, o que reduzirá nosso saldo comercial, quase todo dependente de produtos básicos", diz.

Outro efeito produzido pela queda verificada nas últimas semanas nos preços das commodities é o enfraquecimento da inflação. Sinal festejado pela equipe econômica do governo, o barateamento das commodities não deve prejudicar o produtor brasileiro porque o fenômeno tem sido acompanhado por leve desvalorização cambial, que compensa, em parte, a remuneração oriunda das **exportações**.

"Essa desaceleração da economia e das commodities era tudo o que o governo queria fazer e não estava conseguindo", avalia Luís Eduardo Assis, professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP) e ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC). Para Assis não há "nenhuma necessidade" de um corte preventivo na taxa de juros básica, atualmente em 12,5% ao ano. "O cenário mudou muito rápido, e, tal como mudou rápido para um lado, pode mudar na mesma velocidade para outro", afirma Assis, para quem a economia brasileira está "praticamente blindada" de um contágio externo. "A não ser que o governo fique tentado a usar a crise para descontinuar o aperto fiscal que vêm promovendo", diz.

Mas é justamente o aperto fiscal que o governo Dilma Rousseff pratica em 2011 - e que a presidente se comprometeu publicamente a manter em 2012 - que pode influenciar em uma "internalização" da crise no médio prazo, de acordo com Armando Castelar, matemático pela UFRJ e economista pela Universidade de Berkeley (EUA). Para Castelar, que foi chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDDES**), o governo sustenta o aperto fiscal reduzindo os investimentos.

"Haverá menos disposição para investimentos em vários agentes. O investidor externo vai pensar duas vezes antes de

se arriscar nos emergentes. No Brasil, como o crescimento será menor, também haverá menos investimentos por parte da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, o governo deve combater a crise, como defende Dilma, via aperto na política fiscal. E aperto fiscal só ocorre nos investimentos públicos, que é onde dá para cortar", avalia Castelar.

Para David Beker, chefe de economia e estratégia para **Brasil** do Merrill Lynch, a forte elevação, já contratada, no salário mínimo de 2012 servirá como "colchão" de um contágio externo, que, no entanto, já ocorreu. Beker reduziu na semana passada sua estimativa para o avanço do **PIB** brasileiro para 2011, de 4,1% previstos até o fim de julho, para 3,6%. "Se o governo precisar fazer algo, o correto seria

agir na política monetária", diz, "uma vez que os gastos já contratados para 2012 constituem um ponto muito ruim para o médio prazo". Beker, no entanto, estima que o BC só reduzirá os juros na segunda metade de 2012.

Para Antônio Corrêa de Lacerda, professor-doutor da PUC-SP, o BC deveria "aprender com seu erro de 2008" e começar a reduzir os juros já neste mês. "A crise mundial explodiu em setembro de 2008, mas o BC só começou a reduzir os juros em janeiro de 2009, erro cuja repetição deveria ser inaceitável", diz Lacerda, para quem a crise liga o sinal de alerta para o déficit nas transações correntes do país, em torno de 2,2% do **PIB**.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Autorização para estudo da biodiversidade		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Anita Pissolito Campos

O Brasil é um país megabiodiverso, isto é, possui grande diversidade biológica, um dos maiores "bancos" naturais de patrimônio genético conservado. Essa biodiversidade ainda é pouco pesquisada, embora essencial ao **desenvolvimento** científico e tecnológico mundial. Por isso mesmo, é possível afirmar que a biodiversidade brasileira é uma das maiores riquezas nacionais, o chamado capital natural, de interesse mundial, sendo este um dos fundamentos para o país ser signatário da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB). Pode-se vislumbrar, inclusive, a existência de um "Vale do Silício" da biodiversidade brasileira.

Contudo, a norma que disciplina seu uso e proteção é a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, que vem se mostrando ineficiente, polêmica e inconstitucional, como se verá. Exige em seu artigo 2º a autorização da União, previamente, a qualquer uso ou estudo da biodiversidade brasileira. Tal autorização prévia deve ser obtida pelo interessado em pesquisar e utilizar - isto é, acessar - o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais a ele associados junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

A exigência dessa autorização, se analisada em conformidade com a Constituição Federal, não resiste a uma interpretação sistemática, sendo, portanto, inconstitucional. Se analisarmos o artigo 225, parágrafo 1º, inciso II da Constituição, que trata da proteção ao patrimônio genético nacional, há clara previsão de que o papel da administração pública é o de preservar a integridade e diversidade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação genética, não exigindo, em nenhum momento, uma autorização prévia.

É inconstitucional exigir autorização para qualquer estudo da biodiversidade

De fato, a Constituição não prevê que a administração pública deva impor o sistema de comando e controle para analisar toda e qualquer atividade de pesquisa sobre o patrimônio genético nacional, ao contrário, só deve ser objeto de controle da administração a atividade que ameaça a integridade e diversidade do patrimônio genético, o que não

ocorre nas atividades que buscam conhecê-lo, isto é, estudar suas funcionalidades, sem o alterar. E outra não poderia ser a interpretação, uma vez que a Constituição prevê que são fundamentos do Estado a livre iniciativa e a liberdade de empreender e em seu artigo 5º, inciso IX, garante a liberdade da atividade científica, como parte da liberdade de expressão própria do ser humano, sendo que quaisquer limitações a esses fundamentos, inconstitucionais, como no presente caso.

Mas não é só, a Constituição garante, em seu artigo 218, que o Estado promoverá o **desenvolvimento** científico e que a lei estimulará as empresas que invistam em pesquisa e criação de tecnologia. Ora, não se pode admitir que o constituinte desejasse impor a necessidade de obtenção de autorização prévia como condição para a realização dos estudos científicos sobre a biodiversidade brasileira, seria um contra-senso de natureza kafkaniana. Aliás, em tema análogo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu - Adin nº 3510 (pesquisa com células-tronco) - no sentido de que o direito à pesquisa, enquanto liberdade de expressão, é oponível ao próprio Estado, constrangê-lo é constitucionalmente inadmissível.

A partir de uma correta interpretação da Constituição, conclui-se que a atividade de estudo da biodiversidade brasileira deve ser limitada apenas quando puder afetar a integridade ou diversidade do patrimônio genético. Aquelas pesquisas e estudos que visem simplesmente conhecer, isto é estudar as potencialidades e aplicações do patrimônio genético nacional, sem modificá-lo, não podem ser limitadas. Aliás, para se proteger, antes de mais nada, é necessário conhecer o objeto de estudo, o que, evidentemente, vem sendo impedido pela legislação vigente.

Assim, resta clara a incompatibilidade do artigo 2º da citada medida provisória com a Constituição, não implicando, contudo, na ausência de qualquer fiscalização das entidades que realizam atividade de pesquisa do patrimônio genético, sendo certo que tal fiscalização, como é de sua essência, não se confunde com a atividade de autorizar. Decerto, é inequívoca também a necessidade de se atender aos princípios do uso sustentável da sociobiodiversidade, do

consentimento prévio e da repartição de benefícios justa e equitativa, nos termos da CDB.

Logo, em razão da aplicação do artigo 2º da medida provisória o que vem ocorrendo é um axioma insolúvel: exige-se o **desenvolvimento** científico e tecnológico do país, mas é imposta ao nacional uma norma incongruente com a Constituição, que atrasa e impede a pesquisa e inovação em pelo menos um ano e meio - tempo para se obter uma autorização no CGEN! Cumpre ponderar, que de acordo com a atual sistemática legislativa, o renomado pesquisador, naturalizado brasileiro, Otto R. Gottlieb, falecido recentemente e indicado ao Nobel de química por suas pesquisas com plantas brasileiras, sequer poderia desenvolver seus estudos e ter obtido o reconhecimento internacional que teve, com a vigência, à época, da MP 2.186.

O único consenso a que se chega é que com a legislação atual está perdendo o Brasil, pois não ocorre a conservação, nem o uso sustentável da biodiversidade ou a repartição de benefícios, perdendo ainda mais o

desenvolvimento científico no país, limitado, de forma inconstitucional, pelo poder estatal. Por fim, perdem, de forma ainda mais significativa, as comunidades tradicionais nacionais que conservam o patrimônio genético e os seus conhecimentos, sem receber benefícios para tanto e sem terem seus direitos respeitados.

Anita Pissolito Campos é sócia da Nascimento e Mourão - Sociedade de Advogados e professora de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Business School São Paulo

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações